

## Está no radar...

*DELFIM NETTO, Antonio. "Está no radar...". Valor Econômico. São Paulo, 28 de Fevereiro de 2012.*

O Banco Central construiu e publica, mensalmente, um Índice da Atividade Econômica (IBC-Br) que tenta simular e antecipar as variações do Produto Interno Bruto (PIB). Trata-se de um conjunto de informações convenientemente ponderadas, que quando comparadas às estimativas do PIB trimestral construídas pelo IBGE mostram uma alta covariação. A base do IBC-Br é a média de 2002 = 100. No início de 2011 ele revelou a perda de dinamismo do PIB em resposta às medidas macroprudenciais tomadas pelo governo para prevenir uma aceleração da taxa de inflação. No último trimestre, como mostram os dados a seguir (2002 = 100, dessazonalizado), houve uma recuperação: 1º trimestre/2011 = 140,26; 2º trimestre/2011 = 139,92; 3º trimestre/2011 = 139,29; 4º trimestre/2011 = 140,02.

Aparentemente, o PIB atingiu sua maior queda em outubro (139,32). Retomou ritmo mais vigoroso a partir de novembro, também em respostas às medidas do próprio governo. Em novembro o nível foi de 140,33 (um acréscimo de 1,29%) e em dezembro, 141,13 (um acréscimo de 0,57%), aumentos mais altos dos que os previstos pela maioria os analistas do mercado, o que sugere algum otimismo para 2012.

Todas as "previsões" estão sujeitas a condicionalidades frequentemente não explicitadas. Como disse o grande economista e membro do comitê de Política Monetária do Banco da Inglaterra Charles Goodhart, "as previsões são razoáveis quando tudo permanece constante e o futuro acaba sendo parecido com o passado. Os modelos comuns utilizados pelos bancos centrais forçam, praticamente, as previsões e as remetem às tendências passadas. Entretanto, quando há uma mudança da situação eles - como todos os outros 'previsores' - encontram-se em graves dificuldades". E continua: "Nem os bancos centrais, nem qualquer outro organismo (ou pessoas) detém uma fórmula aceitável para prever, quer o PIB, quer a taxa de inflação ou mesmo a taxa de juros para além de uns poucos meses. Se você acredita (Goodhart usa a palavra "believe" = tomar como verdade) que existem poderosas forças que fazem a economia retornar a um equilíbrio, tais projeções de prazo médio são satisfatórias. Mas se tais forças centrípetas existem, a política monetária torna-se muito fácil, com ou sem o benefício das previsões ("Longer-Term Forecasts are a Step Backwards", "Financial Times", 1º de fevereiro de 2012). No nosso caso é claro que nem estamos em condições normais, nem existem forças poderosas que nos levem de volta a um "equilíbrio". Esse, obviamente, só existe nos "modelos" com os quais tentamos organizar nossos pensamentos e têm pouco a ver com a realidade.

Em momentos como o atual, a ideia conservadora "que o tiver que ser, será" é inaceitável, porque a política econômica do governo está vigilante: o Banco Central está antenado com a realidade nacional e cuidadoso com a internacional. Dispõe de instrumentos macroprudenciais cujos efeitos foram minimizados por alguns analistas, mas aos quais a economia respondeu com bastante rapidez (como foi o caso no início de 2011), além da manobra com a taxa de juros (no segundo semestre). A difícil situação orçamentária construída ao longo de muitos anos e, pelo menos em parte, resultante do desejo de construir uma sociedade mais "justa" (com maior igualdade de oportunidades) implícita na Constituição de 1988, foi mantida de forma muito razoável em 2011 e a despeito de toda a descrença de uma parte do "mercado" deve sê-lo em 2012. As últimas semanas revelam que a política econômica prossegue na mesma linha, com o corte do Orçamento, a baixa da taxa de juros, a ampliação controlada do

crédito, o aumento dos investimentos dos três níveis de administração pública e a cooptação do setor privado, a despeito da curiosa disputa semântica entre "concessão" e "privatização".

É certo que continua a pressão de preços do setor de serviços. Mas sabemos que não pode e não deve ser resolvida, como sugerem alguns, reduzindo ainda mais o crescimento do PIB por meio do aumento da taxa de juro real. Por outro lado, espera-se que o Congresso aprove já no primeiro semestre, a lei da previdência do funcionalismo público. Com isso abre-se o caminho para que o Executivo acelere a remessa de projetos de lei que facilitem a melhoria do "ambiente de negócios", reduzam o "custo Brasil" e estimulem a rápida criação de novas empresas.

Nos últimos dois meses, três mudanças foram importantes: 1ª) com relação ao misterioso "produto potencial" parece que agora o "mercado" aceita que ele anda às voltas de 4,5%; 2ª) o Banco Central quis saber do sistema financeiro como ele calcula a taxa de juros "neutra"; e 3ª) houve uma melhora dos humores do setor privado em matéria de confiança no governo. Isso, somado aos sinais positivos do IBC-Br de novembro e dezembro mostra que, se tivermos disposição de fazê-lo, um crescimento de 4% a 4,5% em 2012 não está fora do radar, mesmo porque ele é bissexto!